

Senhor  
Henrique Meirelles  
Ministro de Estado da Fazenda  
Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar  
Brasília, DF – 70.048-900

Ref.: ATN/OC-15828-BR. Cooperação Técnica Não-Reembolsável. Programa Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados no Brasil.

Prezado Senhor Ministro,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”) entre a República Federativa do Brasil, por intermédio do Ministério da Fazenda (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário, (doravante denominada “Cooperação Técnica”), para apoiá-lo no fortalecimento institucional da gestão fiscal dos estados brasileiros e do Distrito Federal (doravante denominado “Programa”). Os termos da Cooperação Técnica estão incluídos no Documento de Cooperação Técnica que está anexado à presente e é considerado parte integrante deste Convênio. Os aspectos principais da operação são os seguintes:

1. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para a realização da Cooperação Técnica será de até US\$300.000,00 (trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), que serão desembolsados a débito dos recursos do capital ordinário assignados ao Programa Especial para o Desenvolvimento Institucional (doravante denominada “Contribuição”). A Contribuição é outorgada em caráter não-reembolsável.
2. O prazo para a execução do Programa será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de entrada em vigor deste Convênio. O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de tal data. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro de tal prazo será cancelada. Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.

3. Por solicitação do Beneficiário, o Banco utilizará os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação Técnica.
4. O Beneficiário se compromete a colaborar com os consultores na realização de suas tarefas e a fornecer o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica. Tal apoio é estimado como o equivalente a US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), podendo incluir as despesas de custeio relacionadas com pessoal envolvido na sua execução e apoio logístico.
5. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente o programa, projeto ou qualquer serviço que direta ou indiretamente possa resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos consultores não comprometerão o Banco, que se reserva o direito de formular a respeito as observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.
6. O Beneficiário se compromete a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que o mesmo contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, em cujo caso o Beneficiário deverá identificar tal informação dentre as disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto do presente Convênio, uma vez que o mesmo tenha entrado em vigor e o prazo acima referido tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
/a/  
Felix Prieto  
Representante Encarregado do Banco  
no Brasil

De acordo:

República Federativa do Brasil  
Ministério da Fazenda

\_\_\_\_\_  
/a/  
Nome: Henrique de Campos Meirelles

Cargo: Ministro de Estado da Fazenda

Data: 12 de julho de 2017

## DOCUMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

### I. Informações básicas

▪ País/Região:	BRASIL/CSC – Cone Sul
▪ Nome da CT:	Fortalecimento da gestão fiscal dos estados no Brasil
▪ Número da CT:	BR-T1335
▪ Chefe de Equipe/Membros:	José Barroso Tostes Neto (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Andres Felipe Munoz Miranda e Maria Cristina MacDowell (FMM/CBR), Co-Chefes de Equipe; Edwin Tachlian (FMP/CBR); Jorge Seigneur (FMP/CBR); Krysia Avila (LEG/SGO); Daniela Rocha do Nascimento (CSC/CBR); Mariana Canillas e Diana Champi (IFD/FMM); e Luciana Pimentel (Consultora)
▪ Taxonomia:	Apoio ao Cliente
▪ Data de autorização do Abstract da CT	Junho/2016
▪ Beneficiário:	Brasil, Estados e Distrito Federal
▪ Organismo Executor:	Banco Interamericano de Desenvolvimento através da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal (IFD/FMM)
▪ Financiamento:	Capital Ordinário do Banco, assignado ao Programa Especial para o Desenvolvimento Institucional – SPID
▪ BID - Valor Solicitado:	\$300,000.00
▪ Contrapartida:	\$30,000.00
▪ Período de Desembolso:	24 meses
▪ Data solicitada de início:	Outubro/2016
▪ Tipos de consultores:	Individuais e Empresas Consultoras
▪ Preparado por:	IFD/FMM
▪ Unidade responsável pelo Desembolso:	Instituições para o Desenvolvimento (IFD/IFD)
▪ CT incluída na Estratégia País (s/n):	Não
▪ CT incluída na CPD (s/n):	Não
▪ Setor prioritário GCI-9:	Instituições para o crescimento e o bem-estar social

### II. Objetivo e justificativa

- 2.1 O objetivo geral da Cooperação Técnica (CT) é contribuir para o fortalecimento institucional da gestão fiscal dos estados brasileiros e do Distrito Federal, através do apoio à concepção e avaliação das intervenções e políticas de modernização da gestão tributária e financeira, considerando as diretrizes nacionais para a integração dos fiscos no Brasil.
- 2.2 **Programas de fortalecimento da gestão fiscal no Brasil.** Nas últimas décadas, o Banco vem apoiando o Governo Brasileiro no desenvolvimento de programas de modernização que visam o fortalecimento das políticas e da gestão fiscal nas três esferas de governo: (i) Programa de Modernização da Receita Federal (SRF - 1996); (ii) Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE – 1996); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM I – 1999, PNAFM II – 2009 e PNAFM III<sup>1</sup>); (iv) Programas de Consolidação Fiscal dos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Alagoas e Amazonas<sup>2</sup>; e, mais recentemente, a formulação de projetos de apoio às 27 unidades da federação, ou

<sup>1</sup> BR-L1377: Programa aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2014 com assinatura de contrato prevista ainda para o ano de 2016.

<sup>2</sup> Programas baseados em políticas: BR-L1201 e BR-L1337 (Bahia); BR-L1361 e BR-L1335 (Rio Grande de Sul); BR-1381 (Pernambuco); BR-1374 (Alagoas) e BR-L1385 (Amazonas)

seja, aos 26 Estados e o Distrito Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (Linha de Crédito - PROFISCO BR-X1005), que tem por objetivo contribuir para a integração dos fiscos e a modernização da gestão fiscal, financeira e patrimonial, tornando mais efetivo o sistema fiscal vigente, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras.

- 2.3 Durante esse período, o setor público brasileiro experimentou grandes mudanças na gestão que contemplaram a melhoria do padrão de qualidade na prestação de serviços, a adoção de mecanismos de transparência e controle social, a institucionalização do processo de planejamento, a introdução da cultura de resultados, a criação de novos arranjos institucionais e organizacionais, a automação dos fluxos de trabalho com incorporação de novas tecnologias e o aperfeiçoamento da gestão de pessoas. Por sua vez, a sociedade brasileira começou a exigir, mais veementemente, um serviço público pautado pela utilização racional dos recursos e mais comprometido com o desempenho e os resultados finais. Para atender a essa demanda diversos órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Tribunais de Contas e associações começaram a formular e utilizar sistemas de avaliação da gestão pública. Se a avaliação da gestão é importante para o serviço público de forma geral, ela é ainda mais relevante quando se trata da área fiscal dos governos, responsável por recolher da sociedade os valores que serão utilizados no financiamento das políticas públicas, garantindo o seu controle e correta alocação e utilização.
- 2.4 Apoiados pelo PROFISCO (BR-X1005) que beneficia todas as unidades da federação e o Ministério da Fazenda, os Estados e o Distrito Federal produziram significativos avanços na gestão fiscal<sup>3</sup>. O PROFISCO foi desenhado para desenvolver produtos e alcançar resultados voltados para incrementar as receitas, aumentar a eficiência dos gastos e melhorar a prestação de serviços ao cidadão-contribuinte.
- 2.5 Os produtos do PROFISCO vêm contribuindo para a simplificação e desburocratização no cumprimento das obrigações tributárias; redução da informalidade e das distorções causadas pela evasão e pela sonegação fiscal. Dessa forma o Programa vem apoiando a construção de uma estrutura tributária mais competitiva, capaz de reduzir custos e agilizar as transações econômicas, melhorando o ambiente de negócios e adaptando-se aos desafios da economia digital, uma vez que contemplou obrigatoriamente a automação dos processos tributários por meio da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)<sup>4</sup>, que envolveu a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Fiscal Digital.
- 2.6 Esses projetos nacionais buscavam a atuação integrada dos fiscos federal, estadual e municipal mediante a padronização e racionalização das informações e o acesso compartilhado à escrituração digital de contribuintes por pessoas legalmente autorizadas, e substituição da emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel, por documentos eletrônicos com certificação digital. Embora responsável pela melhoria dos resultados das administrações tributárias, desde sua implantação, o SPED e seus projetos ainda não foram objeto de estudos mais aprofundados.

---

<sup>3</sup> Relatório de Avaliação Intermediária II do PROFISCO, divulgado em dezembro de 2014, cujo capítulo IX esclarece que a avaliação de impacto foi limitada a uma análise comparativa entre os projetos com maior e menor desembolso.

<sup>4</sup> Instituído pelo Decreto Federal nº 6.022/2007

- 2.7 Por outro lado, durante 2014, atendendo a uma demanda do Conselho Nacional de Política Fazendária e da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, o BID apoiou o Governo Federal e os Estados e o Distrito Federal na formulação de diretrizes e recomendações técnicas para o aperfeiçoamento da gestão fiscal. Este documento também definiu um conjunto de resultados esperados para um novo ciclo de modernização da gestão fiscal, considerando um benchmarking das metodologias e indicadores propostos por organismos nacionais e internacionais. Com base nessas diretrizes o Ministério da Fazenda manifestou-se favorável a uma nova linha de crédito para dar continuidade as ações que visam a sustentabilidade fiscal dos entes federados, com ampliação das receitas próprias, contenção e melhoria da eficiência dos gastos públicos e aperfeiçoamento da governança na gestão e da transparência por intermédio da integração dos fiscos e da modernização da gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial. Nesse contexto, considerando que a aplicação da gestão para resultados em programas ou projetos deve incluir o monitoramento e diversos tipos complementares de avaliação e, ainda, que o foco nos resultados deve ser empregado tanto para fixar metas quanto para o seu monitoramento, garantindo o conhecimento dos resultados para fins de prestação de contas à sociedade, definições de alocações orçamentárias e orientação sobre a priorização das políticas públicas, torna-se necessário avançar de forma substancial nos processos de avaliação da gestão fiscal subnacional.
- 2.8 É importante ressaltar que o ambiente criado por estes programas de modernização tem se apresentado como extremamente favorável para a implantação de novas tecnologias de gestão para resultados, em decorrência da modernização das áreas de planejamento, orçamento, finanças e gestão de programas e projetos, dentre outras. Neste sentido, os programas fortalecem a aplicação e o controle social dos instrumentos legais de planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados na área fiscal, tais como o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os Relatórios de Gestão Fiscal.
- 2.9 **Desafios a enfrentar.** As deficiências nos dados e informações para apoiar a formulação de políticas e diretrizes de modernização e o desenho e a execução de métodos de avaliação de processos, resultados e impactos no nível subnacional vem se apresentando como um dos principais desafios a ser enfrentado pelas distintas unidades da federação e pelo Governo Federal. Nesse sentido, os problemas identificados estão relacionados com:
- (i) *Fragmentação de orientações técnicas e operacionais para uma nova fase de modernização da gestão fiscal estadual, decorrente da necessidade de aprofundamento e padronização das diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).*
  - (ii) *Insuficiência de informações para análise integrada da maturidade dos processos e do desempenho dos órgãos responsáveis pela gestão fiscal no âmbito subnacional em razão da diversidade de estruturas e competências dos órgãos, baixa homogeneidade dos conceitos e deficiência dos dados.*
  - (iii) *Fragilidade na avaliação de impacto dos programas de modernização da gestão fiscal no nível subnacional decorrente da falta de um modelo e estratégia de avaliação na concepção dos programas.*
  - (iv) *Limitação e fragmentação de informações sobre o impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), composto pelos projetos da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração*

*Contábil Digital (ECD), na gestão fiscal estadual, como por exemplo, na integração dos fiscos, no incremento da arrecadação, na melhoria da qualidade do gasto público e na redução da informalidade.*

- 2.10 A CT atende (i) à prioridade setorial das Instituições para o Crescimento e Bem-Estar Social do Relatório sobre o Nono Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (GCI-9); (ii) aos desafios regionais indicados na Atualização da Estratégia Institucional 2010-2020: Parceria com a América Latina e o Caribe para melhorar as condições de vida (AB-3008); (iii) aos objetivos do Programa Especial para o Desenvolvimento Institucional - SPID (GN-2766); assim como (iv) às diretrizes da Estratégia de País com o Brasil para o período 2016-2018 (GN-2850) em relação ao aumento da produtividade e da competitividade e fortalecimento institucional nos três níveis de governo, especificamente nos objetivos estratégicos que enfatizam: (i) a promoção do equilíbrio fiscal sustentável no âmbito subnacional; (ii) a melhoria da eficiência e qualidade do gasto público; e (iii) o aperfeiçoamento das iniciativas de transparência e interlocução com a sociedade.

### **III. Descrição dos componentes, produtos e orçamento**

- 3.1 Para o alcance de seu objetivo a CT está estruturada em 2 componentes:
- 3.2 **Componente I. Concepção e avaliação de uma nova etapa de modernização fiscal.** Este componente deverá contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional das administrações fiscais no nível subnacional por meio da realização de um diagnóstico e da definição de um modelo de modernização da gestão fiscal e respectiva metodologia de avaliação do desempenho fiscal. Produtos financiados:
- (i) Padronização de um modelo para formulação de intervenções para a modernização da gestão fiscal dos governos subnacionais brasileiros.
  - (ii) Aplicação de um modelo para a avaliação da maturidade dos processos e do desempenho da administração fiscal da nova etapa de modernização.
- 3.3 **Componente II. Avaliação dos avanços na execução e dos impactos das intervenções na modernização fiscal em andamento.** Este componente deverá contribuir para o aperfeiçoamento da gestão fiscal e para o fortalecimento da capacidade de avaliação dos entes subnacionais. Produtos financiados:
- (i) Aplicação de um modelo para a avaliação de impacto das intervenções na modernização da gestão fiscal.
  - (ii) Aplicação de um modelo para avaliação do impacto do *SPED*, com destaque para a NF-e, na gestão fiscal estadual, *incluindo a integração dos fiscos, o incremento da arrecadação, a melhoria do controle fiscal, a redução da sonegação, a melhoria da qualidade do gasto público e a redução da informalidade.*
- 3.4 Os resultados das atividades de avaliação de impacto irão subsidiar as novas fases de modernização fiscal e o aprimoramento de estratégias e instrumentos fiscais nas áreas tributárias e financeiras. A definição e padronização das orientações para a nova etapa de modernização da gestão fiscal, de acordo com as diretrizes já acordadas com as Fazendas estaduais e o Ministério da Fazenda, permitirão um alinhamento entre o governo nacional e os subnacionais. Além disso, a concepção de um modelo para a avaliação da maturidade dos processos e do desempenho da gestão fiscal permitirá um diálogo entre o Ministério da Fazenda e os Fiscos

estaduais para o monitoramento e aperfeiçoamento contínuo da administração fazendária<sup>5</sup>. Com o objetivo de garantir sustentabilidade para os produtos, suas implantações, serão acompanhadas pelo Ministério da Fazenda e pelos membros dos distintos grupos técnicos vinculados ao CONFAZ, em especial: (1) Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que será responsável pela coordenação dos trabalhos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e pela sistematização das ações de avaliação; (2) Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT); (3) Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN); e (4) Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ). Ainda, os representantes na COGEF serão capacitados nas metodologias desenvolvidas no âmbito desses produtos.

**Tabela 1. Matriz de resultados**

Indicadores	Unidade	Linha de base	Ano 1	Ano 2	Meta final	Meios de Verificação
<b>Resultado:</b> Aumento da capacidade institucional das administrações fazendárias para avaliação das intervenções de modernização da gestão fiscal						
Unidades da federação adotam o modelo de avaliação da maturidade dos processos e do desempenho da gestão fiscal	unidades da federação	0	0	14	14 <sup>6</sup>	Relatório das unidades da federação (Estados e DF) integradas na base de dados da avaliação
<b>Componente I. Desenho e avaliação de uma nova etapa de modernização fiscal</b>						
Modelo para formulação de intervenções para a modernização da gestão fiscal dos governos subnacionais brasileiros padronizado	modelo	0	0	1	1	Marco de referência para a modernização da gestão fiscal e respectivo regulamento operacional
Modelo para a avaliação da maturidade dos processos e do desempenho da administração fiscal da nova etapa de modernização aplicado	modelo	0	0	1	1	Matriz de processos e indicadores de desempenho da gestão fiscal testada na administração fazendária
<b>Componente II. Avaliação dos avanços na execução e dos impactos das intervenções na modernização fiscal em andamento</b>						
Modelo para a avaliação de impacto das intervenções na modernização da gestão fiscal aplicado	modelo	0	1	0	1	Relatório de impacto das intervenções na modernização das unidades da federação
Modelo para avaliação do impacto do SPED, com destaque para a NF-e, na gestão fiscal estadual aplicado	modelo	0	0	1	1	Relatório de impacto do SPED, com destaque para a NF-e, nos resultados da administração fazendária

3.5 O custo total da CT é de US\$ 330,000. 00 (trezentos e trinta mil dólares), sendo US\$ 300,000 do Capital Ordinário do Banco, assignados ao SPID, e US\$ 30,000 de contrapartida local dos beneficiários, em espécie, podendo incluir as despesas de custeio relacionadas com pessoal envolvido na sua execução e apoio logístico.

**Tabela 2. Orçamento indicativo (US\$)**

Componente	Recursos	BID	Contrapartida	Total
<b>Componente I.</b> Desenho e avaliação de uma nova etapa de modernização fiscal	Consultoria, visitas técnicas e workshop para capacitação na metodologia	90,000	10,000	100,000

<sup>5</sup> Esses resultados atendem aos objetivos e componentes do SPID (GN-2766), relacionados com o desenvolvimento institucional, em especial quanto às avaliações de impacto das políticas públicas e aos sistemas para melhoria da gestão da informação.

<sup>6</sup> Mais de 50% do total de unidades da federação (26 estados e o Distrito Federal). A seleção será feita buscando incluir unidades representativas dos critérios de porte e região geográfica.

Componente	Recursos	BID	Contrapartida	Total
<b>Componente II.</b> Avaliação dos avanços na execução e dos impactos das intervenções na modernização fiscal em andamento	Consultoria, workshops para capacitação na metodologia	192,000	18,000	210,000
<b>Monitoramento e avaliação</b>	Consultoria e seminário de encerramento	18,000	2,000	20,000
<b>Total</b>		<b>300,000</b>	<b>30,000</b>	<b>330,000</b>

3.6 **Monitoramento e avaliação.** O monitoramento e a avaliação desta CT serão realizados levando em consideração os indicadores de sua Matriz de Resultados (Ver Tabela 1). Durante seu prazo de execução a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF) por meio da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) deverá apresentar relatórios semestrais sobre o desempenho da execução dos distintos componentes e respectivos produtos. Ao final será realizada uma avaliação da CT, através de uma consultoria externa independente, cujos custos foram considerados no seu orçamento (ver tabela 2 e Plano de Aquisições).

3.7 **Estratégia para fortalecimento e uso dos sistemas nacionais.** Em conformidade com o marco de resultados da Estratégia para o fortalecimento e uso de sistemas nacionais do Banco (GN-2538-14), a CT contribuirá para o aumento da eficácia no desenvolvimento dos entes subnacionais brasileiros para o desenho e utilização de sistemas de avaliação de desempenho e impacto de intervenções em projetos de modernização da gestão fiscal. O modelo de avaliação da gestão fiscal aplicado estará alinhado com as melhores práticas e os modelos de avaliação já adotados pelos organismos internacionais, tais como o Programa de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA) e a Metodologia para Avaliar os Sistemas de Aquisição (MAPS). Ainda, este modelo de avaliação terá caráter subsidiário e complementar em relação aos modelos já existentes e também adotará adaptações dos modelos de avaliação nacional para os governos subnacionais. Os indicadores produzidos serão complementares aos já existentes e adequados aos governos subnacionais.

3.8 **Comunicação e disseminação de resultados.** Os resultados finais da CT serão apresentados e discutidos em um seminário de encerramento quando se ressaltarão também as lições aprendidas desta experiência. Além disso, estão previstos workshops para discussão e compartilhamento dos produtos desta CT no âmbito das reuniões dos grupos técnicos do CONFAZ. Essas atividades estão concebidas dentro dos componentes da CT (Ver Tabela 2). Os produtos e resultados desta CT terão o reconhecimento do SPID e serão compartilhados com a sua secretaria.

#### IV. Órgão e estrutura de execução

4.1 O Brasil, seus Estados e o Distrito Federal serão os principais beneficiários da CT. A execução da CT será feita pelo Banco por meio da sua Representação no Brasil, conforme solicitação do Ministro da Fazenda, uma vez que processos tais como a contratação de consultores usualmente requerem longo prazo no Brasil em razão de inúmeras restrições e medidas burocráticas que de maneira geral limitam a capacidade de executar cooperações técnicas com eficiência. Ademais, FMM/CBR foi responsável pela implementação e supervisão de seis cooperações técnicas nos

últimos dez anos com resultados positivos<sup>7</sup> e o Banco estabeleceu uma grande rede de consultores em áreas relevantes, que estão disponíveis para apoiar as atividades propostas. Além de atender à solicitação do Beneficiário, as atividades propostas são congruentes com a Estratégia e Programa de País do Banco com o Brasil, nos termos da Política de Cooperação Técnica do Banco (GN-2470-2, seção 4.5). Atividades técnicas e administrativas serão realizadas pela SE/MF por meio da UCP, subordinada diretamente à Sub Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)<sup>8</sup> e formada por uma equipe de técnicos integrantes do quadro de pessoal do Governo Federal, liderada por um Coordenador-Geral designado formalmente para essa atividade.

- 4.2 O Banco contratará os serviços de consultores individuais e de empresas de consultoria e serviços diferentes de consultoria, de acordo com as políticas e procedimentos vigentes do Banco.
- 4.3 A CT será supervisionada por José Tostes Neto (Especialista FMM/CBR, Chefe de equipe), Andres Felipe Munoz Miranda e Maria Cristina MacDowell (Co-Chefes). O período de execução será de 24 (vinte e quatro) meses.

## **V. Riscos significativos**

- 5.1 A execução desta CT requer um elevado grau de participação e apoio político das autoridades fazendárias estaduais e do Ministério da Fazenda. Este risco será mitigado com o envolvimento no desenho e execução de todas as atividades da cooperação dos membros da COGEF sob a coordenação da SE/MF e em parceria com os demais grupos técnicos vinculados ao CONFAZ: Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB); Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE); Comissão de Gestão Fazendária (COGEF); Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT); Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN); Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ); e Conselho dos Contenciosos dos Estados (CCONT).

## **VI. Exceções às políticas do Banco**

- 6.1 Sem exceções estão previstas para as políticas do Banco

## **VII. Classificação ambiental e social**

- 7.1 A classificação ESG para esta operação é "C".

## **Anexos necessários**

- Anexo I: [Carta de Solicitação do Ministério da Fazenda](#)
- Anexo II: [Termos de Referência](#)
- Anexo III: [Plano de Aquisições](#)

---

<sup>7</sup> Cooperações técnicas executadas diretamente pelo Banco: BR-T1059, BR-T1142, BR-T1145, BR-T1159, BR-T1183 e BR-T1251

<sup>8</sup> A SE/MF é o órgão responsável pelo suporte administrativo e financeiro ao CONFAZ e seus colegiados, inclusive a COGEF